



O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM CONTEXTOS RELIGIOSOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Israel Santos Martins

Aluno do Curso de Licenciatura em Educação Especial da UFRRJ
israelmartinspsi@gmail.com

Suzane Marques Martins

Aluna do Curso de Licenciatura em Educação Especial da UFRRJ
suzane.m.mar@gmail.com

Eixo 1 - Educação Inclusiva, Acessibilidade e Tecnologias Assistivas.

Palavras-chave: Tecnologias Assistivas; Comunicação Aumentativa e Alternativa; Inclusão Social

INTRODUÇÃO

O crescente debate sobre inclusão e diversidade tem despertado atenção para o papel das instituições formais. No entanto, ainda são escassos os estudos que abordam o impacto das representações sociais construídas em espaços não formais, como as instituições religiosas, sobre a inclusão de crianças neurodivergentes. Considerando que as comunidades de fé desempenham uma função social relevante na formação de valores, crenças e atitudes de milhares pessoas e famílias brasileiras, torna-se fundamental investigar como esse espaço representa e trata as infâncias atípicas.

Acrescenta-se ao fato do aumento de diagnósticos de Transtornos do Neurodesenvolvimento na última década. De acordo com o IBGE (2022), o Censo Demográfico 2022 identificou 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que corresponde a 1,2% da população brasileira. O dado suscita a urgência de criação de espaços sociais mais inclusivos. Enquanto há avanços significativos na educação inclusiva nos contextos educacionais, o contexto religioso ainda é um ambiente pouco preparado para receber pessoas neurodivergentes. A falta de discursos inclusivos restringem a participação desses sujeitos nas celebrações e atividades, que apesar de serem diretamente impactados por esses discursos, afeta também suas famílias corroborando o afastamento concreto ou subjetivo.

Ao longo de diferentes épocas, as religiões têm desempenhado um papel crucial na formação de valores e normas culturais, mas muitas vezes deixaram de propor narrativas, reforçando estigmas e preconceitos, no lugar de promover a inclusão e a aceitação. As comunidades de fé enquanto espaço de produção de sentidos, pertencimento e laço social, podem atuar tanto como lugar de acolhimento quanto de

exclusão. O objetivo da pura religião, embora não seja capaz de enxergar o mundo a partir de todas as perspectivas, pode modelar e facilitar o caminho possível a inclusão e diversidade, mesmo diante da vulnerabilidade e limitações. Sem acolher ativamente pessoas com necessidades específicas, essas instituições inevitavelmente falharão em alcançar esse objetivo.

Frente a isso, locais sociais não escolares complementam as práticas tradicionais de acolhimento, de modo que toda integralização no cuidado e no olhar de sujeitos atípicos possa ser vista como uma entidade única. A inter-relação entre elas e o potencial de enriquecimento que podem trazer às práticas tradicionais, representam benefícios significativos no processo de constituição do sujeito. Neste sentido, estas instituições de fé e formais podem ser integradas de forma harmoniosa, visando à criação de um panorama de pertencimento e imergindo o sujeito no campo da educação.

Os avanços na utilização das CAA em crianças neurodivergentes, especialmente em contextos sociais específicos, como comunidades religiosas que possuem rituais, linguagens e dinâmicas próprias, podem beneficiar a inclusão e ampliar a participação de todos os membros da neurodiversidade, bem como seus pais, cuidadores e ambientes que os cercam, fortalecendo a coesão social e a diversidade. Ao integrar ferramentas adaptadas ao ambiente de culto, é possível reduzir barreiras de aprendizagem e favorecer vínculos sociais.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A cultura de uma entidade religiosa e sua abertura para receber diferenças sociais com aceitação, faz parte de seu currículo e escopo. Quando se excluem pessoas neurodivergentes de comunidades de fé, oferece-se um dito que implica que essas pessoas são um fardo, um problema que deve ser deixado para especialistas resolverem fora daquele ambiente. Em outras palavras, uma narrativa incompleta das possibilidades de empatia gera um sujeito não acolhido e não pertencente. Monteiro e Fernandes (2022) afirmam:

O capacitismo é um grande entrave enfrentado pelas pessoas com deficiência nas mais diversas situações de sua vida cotidiana: no seio familiar, nas ruas, nas igrejas, no comércio, nos locais de trabalho, na escola etc. Vale ressaltar que este artigo discute a educação enquanto periférica, isto é, permeada de entraves para a promoção da autonomia e independência, reverberando no escopo da educação (p.8).

Neste cenário, as Tecnologias Assistivas constituem ferramentas essenciais para garantir o direito à comunicação e à participação social desses sujeitos, configurando-se como um campo que reúne estratégias, métodos e recursos tecnológicos e não tecnológicos que visam ampliar as possibilidades de expressão de pessoas com necessidades complexas de comunicação (BEUKELMAN & MIRANDA, 2013). Para crianças com Transtorno do Espectro Autista, por exemplo, as Tecnologias Assistivas podem mediar interações sociais em contextos que exigem linguagem simbólica, como reuniões e celebrações religiosas.

Há então de se referir ao uso de Tecnologias Assistivas, as quais auxiliam a expressar necessidades e sentimentos, e estruturando interações sociais, muitas vezes em conjunto com estratégias sociais para melhorar a compreensão e a participação em atividades. Este recurso tem-se avançado significativamente, no intuito de promover o

desenvolvimento da comunicação e da interação social em indivíduos autistas, possibilitando interações mais eficazes e inclusivas, conforme afirmam TOGASHI e WALTER (2016, p. 355):

O estabelecimento de uma comunicação funcional possui impacto direto no desenvolvimento geral e qualidade de vida, possibilitando a autonomia, liberdade de escolha e expressão. Além disso, pode favorecer uma melhor qualidade na educação, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão no ambiente escolar, bem como melhoras no relacionamento familiar.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A presente pesquisa foi realizada em uma igreja localizada em Duque de Caxias/RJ, que atende regularmente crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com idades entre 3 e 11 anos, durante suas reuniões. A abordagem metodológica adotada foi a observação naturalista, baseada na observação participante e no registro sistemático das interações observadas. Foram utilizados recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), tais como pranchas pictográficas e cartões de comunicação, previamente adaptados ao vocabulário e às rotinas específicas das reuniões. A equipe responsável pelo acompanhamento das crianças foi treinada e orientada a utilizar esses instrumentos, mediando a comunicação de acordo com o nível de compreensão e as particularidades sensoriais de cada participante. A coleta de dados foi realizada durante os encontros dominicais, tanto no período da manhã quanto no da noite, possibilitando a análise do impacto das adaptações implementadas no engajamento e no bem-estar das crianças participantes.

ANÁLISE PARCIAL DOS RESULTADOS

A análise dos dados indicou que a adoção das Tecnologias Assistivas (TA) contribuiu para o aumento da participação das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas atividades propostas, promovendo interações mais autônomas e espontâneas. Foi observada uma melhora significativa na compreensão das instruções, refletida pelo maior envolvimento social e pela ampliação das relações interpessoais durante as reuniões. Os recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa, representados pelas pranchas pictográficas e cartões de comunicação, mostraram-se eficazes na facilitação da expressão de necessidades e sentimentos, incentivando a participação ativa dos usuários em momentos coletivos. Além disso, a adaptação do espaço físico, por meio da sinalização visual e da redução de estímulos sensoriais excessivos, proporcionou um ambiente mais confortável e acolhedor para as crianças. Os resultados indicam que a utilização consistente desses recursos viabiliza a integração das Tecnologias Assistivas em ambientes religiosos, sem comprometer a dinâmica das interações sociais, ao contrário, potencializando o engajamento e o bem-estar dos participantes.

CONCLUSÕES

A presente experiência demonstrou que a incorporação de Tecnologias Assistivas em contextos religiosos é uma estratégia eficaz para promover a inclusão social e a aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os resultados evidenciaram que o uso de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa, aliado à adaptação do ambiente, contribuiu significativamente para a

ampliação da participação, a autonomia nas interações e o bem-estar dos participantes.

Além disso, a pesquisa reforça a relevância de que comunidades de fé reconheçam e se adaptem às necessidades específicas de seus membros, valorizando a diversidade e garantindo acessibilidade comunicacional plena. A continuidade e o aprofundamento das práticas adotadas têm o potencial de maximizar os benefícios observados, promovendo ambientes cada vez mais inclusivos e acolhedores para pessoas com TEA.

APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

BEUKELMAN, D. R.; MIRANDA, P. **Augmentative & Alternative Communication: Supporting Children and Adults with Complex Communication Needs**. 4th ed. Paul H. Brookes, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: população residente, área territorial e densidade demográfica**. Rio de Janeiro, 2023.

MONTEIRO, F. V.; FERNANDES, E. M. **A educação inclusiva como periférica para a pessoa com deficiência visual**. *Periferia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 53–71, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2022.60167>. Acesso em: set. 2025.

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. F. **As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, p. 351–366, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300004>. Acesso em: set. 2025.